



Capítulo X (Não preencher, campo será preenchido pelos editores)

A DESCONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOÊNCIA EDUCACIONAL CONTRA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E A NECESSÁRIA PRODUÇÃO DO PLANOS VERDADEIRAMENTE INCLUSIVOS.

Ricardo Gabriel de Araújo¹

Resumo

O artigo analisa a violência educacional como um fenômeno de práticas discriminatórias no contexto da Educação Inclusiva, com foco nos desafios enfrentados pelas Pessoas com Deficiência (PCD). Argumenta que, embora os Planos Educacionais Individuais (PEI) e Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) sejam ferramentas essenciais de equidade e de "acomodações razoáveis" (Brasil, 2008), sua má implementação ou sua ausência pode gerar formas sutis de violência e exclusão educacional. O referencial teórico é construído sobre a crítica à rigidez do sistema e ao "paradigma da normalidade" (Mantoan), defendendo a adaptação da escola ao aluno e a pedagogia dialógica (Freire). O texto explora a deficiência como construção social (Werneck; Sassaki), não inerente ao indivíduo, mas resultante de barreiras institucionais, trazendo ainda a diferença entre ensino inclusivo e escola inclusiva. Os principais obstáculos identificados são a persistência do paradigma médico-biológico, a inflexibilidade curricular (Paschoal) e a fragilidade na formação docente, que, sem o devido preparo, perpetua o "paradigma da caridade" (Barbosa), tratando o aluno como "objeto" (Chauí). A não flexibilização do currículo e a limitação de oportunidades configuram um retrocesso e uma violência que exige uma profunda transformação cultural, pedagógica e a valorização dos educadores para garantir a plena inclusão (Meta 4 do Plano Nacional de Educação - PNE).

Palavras-chave: Violência Educacional. Inclusão Escolar. PEI/PDI.

¹Ricardo Gabriel de Araújo () UNOESTE- Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil, e-mail: dr.ricardo.advogado@hotmail.com

A ESCOLA INCLUSIVA E A VIOLÊNCIA EDUCACIONAL

A violência educacional, um fenômeno que abrange uma gama de práticas prejudiciais e discriminatórias no contexto escolar, é uma preocupação crescente no campo da educação inclusiva.

Esse conceito é particularmente relevante quando se trata de pessoas com deficiência (PCD), que frequentemente enfrentam desafios específicos e barreiras adicionais no ambiente escolar.

Entre essas barreiras, destacam-se a implementação de Planos Educacionais Individuais (PEI) e Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), instrumentos que visam adaptar o currículo e as práticas pedagógicas às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

A educação inclusiva, que busca garantir o acesso e a participação de todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem, encontra no Plano de Ensino Individualizado e no Plano de Desenvolvimento Individual ferramentas essenciais para sua efetivação.

Embora muitas vezes sejam utilizados de forma intercambiável, eles possuem funções distintas, mas complementares, e são fundamentais para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades.

No entanto, apesar da intenção inclusiva desses planos, há uma crescente evidência de que a aplicação desses recursos nem sempre é efetiva e, em alguns casos, pode até resultar em formas sutis de violência educacional.

O Plano de Ensino Individualizado e no Plano de Desenvolvimento Individual são necessários sempre que um aluno apresenta necessidades educacionais especiais que não são atendidas pelo currículo comum da escola. Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das maiores referências em inclusão no Brasil, defende que a escola deve se adaptar ao aluno, e não o contrário (Mantoan, 2003).

Nesse sentido, o Plano de Ensino Individualizado e no Plano de Desenvolvimento Individual servem como um roteiro para essa adaptação, garantindo que o estudante receba o suporte necessário para aprender e se desenvolver plenamente.

A elaboração desses planos deve ser um processo colaborativo, envolvendo a família, os professores da sala regular, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o coordenador pedagógico e, quando necessário, profissionais de outras áreas, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos.

A visão de Paulo Freire sobre a educação como um ato dialógico ressalta a importância da participação de todos os envolvidos (Freire, 1996).

A construção do Plano de Ensino Individualizado e no Plano de Desenvolvimento Individual segue os seguintes passos:

Avaliação inicial: O primeiro passo é a coleta de informações sobre o aluno, incluindo seus pontos fortes, interesses, estilo de aprendizagem e necessidades de suporte. Essa avaliação deve ser contínua e formativa.

Definição de objetivos: Devem ser estabelecidos objetivos claros, realistas e mensuráveis para o aluno. Eles podem ser de ordem acadêmica, social, de comunicação ou de autonomia.

Planejamento das estratégias: A equipe deve detalhar as metodologias, recursos e adaptações que serão utilizadas. Isso pode incluir a flexibilização do currículo, o uso de tecnologias assistivas, a modificação de atividades e o suporte individualizado.



Monitoramento e avaliação: O plano deve ser revisado periodicamente para verificar o progresso do aluno e fazer os ajustes necessários. Essa flexibilidade é crucial para garantir que o plano continue a atender às necessidades do estudante em constante evolução.

A necessidade de um plano individualizado surge de uma avaliação pedagógica e multidisciplinar que identifica as potencialidades e os desafios do aluno.

Não se trata de segregação, mas sim de uma estratégia para assegurar a equidade. Conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas - ONU, a educação inclusiva requer "acomodações razoáveis" para garantir a plena participação (Brasil, 2008). O Plano de Ensino Individualizado e no Plano de Desenvolvimento Individual são a materialização dessas acomodações, tornando o processo educativo mais justo e acessível.

A importância desses planos vai além do aspecto técnico-pedagógico. Eles são documentos que formalizam o compromisso da escola com a inclusão. O Plano de Ensino Individualizado, com foco mais acadêmico, detalha as adaptações curriculares e as metodologias de ensino. O Plano de Desenvolvimento Individual, mais abrangente, aborda o desenvolvimento global do aluno, incluindo aspectos sociais e emocionais. Juntos, eles:

Promovem a equidade: Garantem que cada aluno, independentemente de suas particularidades, tenha a chance de aprender e se desenvolver no seu próprio ritmo.

Organizam o trabalho pedagógico: Servem como um guia prático para os professores, evitando a improvisação e assegurando a consistência das intervenções.

Fortalecem a parceria família-escola: Criam um canal de comunicação claro e transparente, permitindo que a família participe ativamente do processo educativo.

Validam a existência do sujeito: Conforme defendido por Freire, o plano reconhece o aluno como um ser único, com sua própria história e potencial, e não apenas como mais um na sala de aula.

Tomlinson (2001) destacou a importância da diferenciação do ensino para atender às diversas necessidades dos alunos. O modelo de inclusão de Tomlinson defende que o ensino deve ser adaptado para garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou dificuldades, possam acessar o currículo.

O Plano de Ensino Individualizado e no Plano de Desenvolvimento Individual, se mal implementados ou compreendidos de forma inadequada, podem perpetuar desigualdades em vez de promover uma verdadeira inclusão. Em alguns momentos, é possível observar na prática uma falta de adaptação do currículo de forma inclusiva, desrespeitando totalmente o desenvolvimento do aluno.

Neste contexto, a Pedagogia Histórico-Crítica, desenvolvida pelo professor Dermeval Saviani, é uma abordagem teórica que propõe uma compreensão crítica e histórica do processo educativo.

É necessário explorar a complexa interseção entre a violência educacional e as práticas de inclusão representadas pelo Plano de Ensino Individualizado e no Plano de Desenvolvimento Individual. Por meio de uma análise da literatura existente e de estudos de caso, pretende-se investigar como essas ferramentas são utilizadas na prática e em que medida podem contribuir para a perpetuação de comportamentos prejudiciais.

A Pedagogia Histórico-Crítica vê a educação como uma prática social que deve estar orientada para a transformação da sociedade. Saviani (2007) defende que a educação deve ser um meio para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e não apenas para a adaptação dos indivíduos às condições existentes.



Além disso, deve-se investigar o impacto da violência educacional na experiência escolar e no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos com deficiência, buscando identificar estratégias para aprimorar a eficácia dos Plano de Ensino Individualizado e no Plano de Desenvolvimento Individual e promover um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e respeitador.

Paulo Freire (1970) defendia uma abordagem de ensino que valoriza o diálogo, a conscientização e a emancipação dos alunos. A pedagogia crítica enfatiza a importância de uma educação que desafie as estruturas de poder e permita a participação ativa dos alunos no processo educativo.

Em tempos modernos, muito se discute sobre a violência. Diversos autores abordam a temática como uma produção social que estabelece relações de poder entre os sujeitos (Chauí, 1985; Saffioti, 1987; Castañeda, 2006).

Segundo Chauí (1985, p. 34), a violência é uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como "objeto" e não como "sujeito", o qual é silenciado e se torna dependente e passivo.

Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como "capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir".

É preciso compreender as dimensões culturais que constroem e perpetuam as diversas formas de desigualdades, hierarquias e opressões contra determinados grupos, entre eles as crianças com deficiência.

De acordo com Chauí (1985), uma ação violenta trata o ser dominado como "objeto" e não como "sujeito", que é silenciado e se torna dependente e passivo. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como "capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir".

A evolução histórica trouxe outras formas de violência e, consequentemente, de exclusão, inclusive contra as pessoas com deficiência.

O Brasil, após se tornar signatário de pacto internacional, apresentou um avanço no tema deficiência e inclusão, regulamentando a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146, de julho de 2015. Nela, a deficiência é compreendida como resultado da interação entre impedimentos, que são condições presentes nas funções e estruturas do corpo.

Segundo dados obtidos junto à Secretaria da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo (2023), hoje o Estado paulista possui uma população de 44.411.238 habitantes, sendo 3.323.729 pessoas com alguma deficiência, o que representa um aumento estimado de 7,48% da população PCD.

Os números são crescentes, porém ainda há um despreparo da rede para o atendimento a crianças com deficiência, não por intenção dos profissionais da área da educação, mas por uma falta de estrutura do próprio Estado.

Apesar de sua importância reconhecida, a formação docente no Brasil enfrenta diversas fragilidades. A primeira delas é a desvalorização da profissão, que se reflete em baixos salários, precárias condições de trabalho e a falta de prestígio social. Esses fatores afetam a atratividade da carreira, levando muitos a desistirem da docência ou a não a escolherem como primeira opção, como aponta Gatti (2013).

Aqui, destacamos a importância da formação de professores, que reside na superação de uma visão puramente técnica da docência.

Autores como Maurice Tardif e Bernardete Gatti destacam que a formação deve preparar o docente para ser um profissional que articula saberes de diferentes naturezas: os conhecimentos disciplinares, os saberes pedagógicos e os saberes oriundos de sua própria prática e experiência.



A falta de formação adequada dos profissionais de educação também contribui para esse cenário. Muitos educadores não se sentem preparados para lidar com as especificidades de alunos com deficiência, o que leva à insegurança, ao medo e, por consequência, a atitudes de exclusão disfarçada de cuidado.

Conforme a psicóloga e pesquisadora Lúcia de Fátima Barbosa, a falta de conhecimento sobre deficiência pode gerar um "paradigma da caridade", no qual o aluno é visto como alguém a ser ajudado e não como um sujeito de direitos e capacidades (Barbosa, 2009). Essa visão paternalista é uma das faces mais perigosas da violência educacional, pois impede o reconhecimento da criança como um ser autônomo e capaz.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

O texto apresentado desenvolve uma análise crítica sobre a intersecção entre a **violência educacional** e a eficácia das ferramentas de inclusão, como o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), no contexto da

O objetivo geral do estudo é **analisar a complexa intersecção entre a violência educacional e as práticas de inclusão**, representadas pela implementação dos Planos Educacionais Individuais (PEI) e Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), investigando em que medida esses instrumentos contribuem para a efetivação da inclusão ou, em sua má aplicação, para a perpetuação de comportamentos prejudiciais no ambiente escolar.

Os objetivos específicos do trabalho incluem:

Conceituar a violência educacional, distinguindo suas formas sutis e institucionais no contexto da educação inclusiva.

Discutir a importância e o processo de elaboração dos PEI e PDI como instrumentos de equidade e de "acomodações razoáveis".

Explorar o referencial do **Modelo Social da Deficiência**, contrastando-o com o paradigma médico-biológico que ainda persiste na escola.

Identificar e analisar os desafios estruturais e pedagógicos que dificultam a implementação efetiva dos planos individualizados, incluindo a rigidez curricular e a fragilidade na formação docente.

Investigar o impacto da violência educacional no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos com deficiência.

O estudo adotou uma abordagem metodológica que combina a natureza da pesquisa **bibliográfica** com a **abordagem qualitativa**, essencial para a interpretação aprofundada dos significados e das relações humanas em torno da inclusão e da violência escolar.

A pesquisa é predominantemente **bibliográfica**, pois baseia sua argumentação na revisão sistemática e na análise crítica de obras clássicas, produções científicas contemporâneas e documentos legais.

A escolha pela **abordagem qualitativa** justifica-se pela necessidade de ir além dos dados quantitativos, focando na compreensão das dimensões culturais e sociais que constroem a deficiência e perpetuam a violência (Chauí, 1985), e na análise crítica das práticas pedagógicas (Saviani, 2007).

A metodologia inclui a **análise da literatura existente** para estabelecer um diálogo entre diferentes campos do conhecimento – a sociologia da violência, a educação inclusiva e a pedagogia crítica. O texto também sugere a necessidade de **estudos de caso**



e a análise de **dados secundários** (como os da LBI e Meta 4 do PNE) para contextualizar a teoria e as políticas com a realidade prática da escola.

O referencial teórico é multifacetado e crítico, construído sobre três pilares conceituais:

a) Educação Inclusiva e Adaptação baseado nos estudos de Maria Teresa Eglér Mantoan (2003; 2015) que fundamenta a premissa de que a escola deve se transformar para acolher a diversidade, rompendo com o "paradigma da normalidade" e o foco no "déficit".

Carol Ann Tomlinson (2001) trazendo produções que sustentam, a importância da diferenciação do ensino para que o currículo seja acessível a todos, legitimando a função adaptativa do PEI/PDI.

Janaína C. Paschoal (2018): reforçando os estudos científicos com a crítica à rigidez curricular e a necessidade de flexibilização para que a inclusão seja efetiva.

b) Crítica Social e Pedagógica trazendo em primeiro plano os estudos de Paulo Freire (1970; 1996) que ofereceu o arcabouço da pedagogia crítica e dialógica, essencial para a desconstrução das relações de dominação na escola e para a valorização do aluno como "sujeito" e não como "objeto".

Marilena Chauí (1985) concedendo a base conceitual para a violência social (e educacional), entendida como a transformação de diferenças em desigualdades hierárquicas e Dermeval Saviani (2007) com seu nobre trabalho intitulado A Pedagogia Histórico-Crítica orienta a análise da educação como prática social transformadora, que deve buscar a superação das desigualdades.

c) Modelo Social da Deficiência e Formação Docente

Cláudia Werneck (2000) e Romeu Kazumi Sassaki (2006) embasando a perspectiva de que a deficiência é uma construção social, resultado das barreiras impostas pelo ambiente, e não uma condição inerente ao indivíduo.

Bernardete Gatti (2013) e Lúcia de Fátima Barbosa (2009): afirmando a análise dos desafios institucionais, especialmente a fragilidade na formação docente e a perpetuação do "paradigma da caridade" na escola. Deste modo fundamenta o referencial teórico para a conclusão desta pesquisa.

OS DESAFIOS DA ESCOLA CONTRA A VIOLÊNCIA EDUCACIONAL

A não inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar pode ser entendida como uma forma de violência educacional, um tema que se aprofunda no Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024, em especial na Meta 4.

Essa meta visa universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE).

Esse desafio, no entanto, vai muito além da simples matrícula, adentrando as complexas estruturas sociais e pedagógicas da escola. Um dos maiores desafios é o enfrentamento do paradigma da normalidade.

A escola, historicamente, foi construída sob a premissa de que existe um modelo único de aluno, um padrão de aprendizagem e desenvolvimento. Mantoan (2015) argumenta que a escola se mantém resistente à ideia de que a diversidade é a norma.

A violência se manifesta quando o aluno com deficiência é visto como um "problema a ser resolvido", um "corpo estranho" que precisa ser adaptado a um sistema que não foi feito para ele. A não inclusão, nesse sentido, é a consequência de uma estrutura que nega a diferença, perpetuando um ciclo de marginalização e exclusão.



A falta de recursos, a sobrecarga de trabalho e o desconhecimento de metodologias e tecnologias assistivas levam à segregação velada, onde o aluno com deficiência está fisicamente na sala de aula, mas isolado, sem participação efetiva.

Adicionalmente, a estrutura curricular e avaliativa inflexível é um obstáculo significativo. O PNE 4 preconiza o atendimento educacional especializado, mas a sua implementação esbarra na rigidez do sistema.

As avaliações padronizadas e os conteúdos lineares não contemplam as diferentes formas de aprendizado, limitando o potencial do aluno com deficiência e reforçando a percepção de sua "incompetência".

Paschoal (2018) reforça que a inclusão exige um currículo flexível e diversificado, que permita múltiplos caminhos de acesso ao conhecimento e que valorize as potencialidades de cada estudante, desconstruindo a violência que se manifesta na falta de oportunidades.

Em síntese, os desafios para a escola atual na redução da violência educacional pela não inclusão são profundos e multifacetados.

A superação desses obstáculos exige não apenas o cumprimento da letra fria da lei, mas uma profunda transformação cultural e pedagógica, onde a escola se reconheça como um espaço de acolhimento e valorização da diversidade, em consonância com a Meta 4 do PNE.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A educação inclusiva, enquanto ideal e prática, tem sido objeto de intensas discussões e transformações, especialmente no que tange à compreensão da construção social do aluno com deficiência.

Longe de ser uma condição meramente biológica ou individual, a deficiência é, em grande parte, moldada por fatores sociais, culturais e históricos. Este entendimento, que rompe com o modelo médico-tradicional, é fundamental para o avanço das políticas e práticas educacionais em tempos atuais.

A ideia de que a deficiência é uma construção social é um ponto central na obra de autores como Michel Foucault e, no contexto educacional, tem sido explorada por pesquisadores como Cláudia Werneck e Romeu Kazumi Sassaki.

O modelo social da deficiência argumenta que as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência não são inerentes à sua condição, mas sim resultado de um ambiente e de uma sociedade que não são projetados para acomodá-las. A escola, nesse sentido, atua como um espaço privilegiado onde essas barreiras se manifestam e podem ser tanto reproduzidas quanto desconstruídas.

De acordo com Werneck (2000), a sociedade cria a pessoa com deficiência ao segregar e estigmatizar aqueles que fogem da norma.

No ambiente escolar, isso se traduz em currículos inflexíveis, métodos de avaliação padronizados e a falta de recursos e formação para os educadores. Sassaki (2006) reforça essa perspectiva ao falar sobre a inclusão como um processo de transformação da sociedade.

Para ele, a inclusão não se trata apenas de colocar o aluno com deficiência na escola regular, mas de reestruturar a escola para que ela acolha a diversidade de forma genuína, garantindo o acesso e a participação de todos.



Em tempos atuais, essa construção social se torna ainda mais evidente com a ascensão de tecnologias e novos paradigmas educacionais.

A pandemia da COVID-19, por exemplo, expôs as desigualdades e a falta de preparo das instituições para lidar com a diversidade, revelando a urgência de repensar as estratégias pedagógicas.

No entanto, o debate contemporâneo também aponta para o avanço de políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE), que visam à inclusão.

A luta, portanto, é para que o aluno com deficiência não seja visto como um problema a ser corrigido, mas como um ser humano que, assim como todos, tem o direito de aprender e se desenvolver em um ambiente que o respeite e o valorize.

A educação inclusiva, sob essa ótica, é um reflexo do compromisso da sociedade em desconstruir barreiras e construir um futuro mais justo para todos.

DESAFIOS NA DESCONSTRUÇÃO SOCIAL DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Apesar dos avanços teóricos e legislativos em direção a uma educação mais inclusiva, a desconstrução social do aluno com deficiência ainda enfrenta desafios significativos. A deficiência, como ressaltam diversos estudiosos contemporâneos, não é uma condição intrínseca do indivíduo, mas sim uma construção social que opera por meio de normas e barreiras impostas pela sociedade.

O sistema educacional, embora seja o principal palco para a inclusão, muitas vezes reproduz essas barreiras, dificultando a plena participação e o reconhecimento do aluno com deficiência.

A primeira grande dificuldade reside na manutenção de um paradigma médico-biológico, que ainda permeia as práticas escolares. Conforme Mantoan (2015), a tendência é focar no "déficit" do aluno, buscando tratamentos e adaptações que o aproximem da "normalidade".

Esse olhar desconsidera a riqueza da diversidade humana e reforça a ideia de que o aluno é o problema, e não a estrutura escolar. A autora argumenta que a escola deve se transformar para acolher a pluralidade de seus estudantes, em vez de tentar transformá-los para que se encaixem em um modelo único.

Outro obstáculo é a persistência de um currículo inflexível e padronizado. A pesquisadora Janaína Conceição Paschoal (2018) aponta que a maioria das escolas continua a seguir um modelo curricular rígido, que ignora as especificidades de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Essa rigidez leva à exclusão, pois o aluno é forçado a se adaptar a um sistema que não foi pensado para ele. Para Paschoal, a verdadeira inclusão exige uma reorganização curricular que permita diferentes formas de acesso ao conhecimento e avaliação, valorizando os múltiplos caminhos de aprendizagem.

Além disso, a falta de formação continuada e de apoio aos professores é um ponto crítico. Pletsch e Jacques (2020) ressaltam que, apesar de muitas políticas públicas reconhecerem a necessidade de formação, a realidade nas escolas ainda é de carência.

Os docentes, sem o devido preparo teórico e prático, sentem-se inseguros e sobrecarregados, o que pode levar a práticas segregacionistas ou a um ensino superficial que não garante o desenvolvimento pleno do aluno com deficiência.

Para as autoras, é fundamental investir em uma formação que não apenas capacite tecnicamente, mas que também promova uma mudança de mentalidade em relação à diversidade.



Em suma, a desconstrução social do aluno com deficiência no ambiente escolar não é uma tarefa simples. Ela exige um rompimento com paradigmas antigos, uma reestruturação do currículo e um investimento contínuo na formação de educadores. Apenas assim será possível criar uma escola que não apenas receba, mas que verdadeiramente acolha, valorize e potencialize a diversidade de cada estudante, garantindo sua plena participação na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A não flexibilização curricular e a limitação de oportunidades representam uma forma de violência educacional que atinge diretamente os alunos deficientes, minando seu potencial e seu direito a uma educação verdadeiramente inclusiva, distanciando-os de forma clara do objetivo existente na Meta 4 do Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024.

A correta análise e elaboração do Plano de Ensino Individualizado e no Plano de Desenvolvimento Individual são indispensáveis, não como meras burocracias, mas sim como instrumentos de uma prática pedagógica transformadora, que se alinha aos princípios da educação inclusiva e dos direitos humanos.

Eles são a prova de que a escola está verdadeiramente disposta a acolher a diversidade, tornando o ambiente de aprendizagem mais justo e enriquecedor para todos.

Não flexibilizar o currículo, negligenciar a inclusão e a educação inclusiva é uma latente violência educacional, pois atravessa a vida do estudante ao não ser ofertada a oportunidade de uma educação digna e adequada, de acordo com sua necessidade.

Essa violência, muitas vezes sutil e institucionalizada, é um reflexo direto da fragilidade na formação inicial dos professores e da ausência de programas de formação continuada de qualidade.

Sem o preparo adequado para lidar com a diversidade e para adaptar suas práticas pedagógicas, os educadores acabam por reproduzir um modelo de ensino rígido e excludente. A falta de reconhecimento e valorização docente, por sua vez, agrava o problema, desmotivando os profissionais e dificultando a atração de talentos para a carreira.

Assim, a superação da violência educacional depende de um ciclo virtuoso que inclua a revisão dos currículos de formação de professores, o investimento em qualificação constante e, fundamentalmente, a valorização e o apoio aos educadores em sua jornada de transformação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lúcia de Fátima. *Educação e deficiência: um olhar sobre a inclusão*. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 120, p. 1-13, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 14 set. 2025.



- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 set. 2025.
- CASTAÑEDA, Lúcia.** *Violência e suas manifestações*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CHAUÍ, Marilena.** *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1985.
- FOUCAULT, Michel.** *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FREIRE, Paulo.** *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GATTI, Bernardete A.** *A atratividade da carreira docente no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér.** *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*. 4. ed. São Paulo: Summus, 2015.
- PASCHOAL, Janaína Conceição.** Currículo e educação inclusiva. In: BERSCH, Rita; ZANATTA, S. R. (Orgs.). *Educação Inclusiva: práticas pedagógicas para o ensino fundamental*. Curitiba: CRV, 2018. p. 41-58.
- PLETSCH, Márcia Denise; JACQUES, Fernanda Silveira.** A formação de professores para a educação inclusiva na perspectiva da desconstrução da deficiência. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, v. 15, n. 40, p. 119-142, 2020.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B.** *O poder do macho*. São Paulo: Ática, 1987.
- SÃO PAULO (Estado).** Secretaria da Pessoa com Deficiência. *Dados demográficos de pessoas com deficiência no Estado de São Paulo*. São Paulo, 2023
- SASSAKI, Romeu Kazumi.** *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.
- SASSAKI, Romeu Kazumi.** *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012.
- TARDIF, Maurice.** *Saberes docentes e formação profissional*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TOMLINSON, Carol Ann.** *The Differentiated Classroom: Responding to the Needs of All Learners*. Alexandria: Association for Supervision and Curriculum Development (ASCD), 2001.
- WERNECK, Cláudia.** *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

